



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Indústria, Comércio e Serviços - CICS

REQUERIMENTO Nº DE 2023

Requer a realização de audiência pública visando debater a “Transformação econômica, inovação, empreendedorismo e o futuro da indústria no Brasil”.

Senhor Presidente,

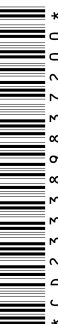
Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater o tema: **“Transformação econômica, inovação, empreendedorismo e o futuro da indústria no Brasil”**.

Para tanto, sugerimos sejam convidados:

- Uallace Moreira, Secretário de Desenvolvimento Industrial do Mdic;
- Mário Bernardini, engenheiro, consultor da Presidência da Abrava, e membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp;
- Paulo Gala, professor de economia da FGV-SP;
- Silvio Romero de Lemos Meira, professor e empreendedor brasileiro com atuação na área de engenharia de software e inovação. Atualmente é professor associado da Escola de Direito do Rio de Janeiro da FGV e professor emérito do Centro de Informática da UFPE.
- Fernanda De Negri, Doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- Fersen Lambranco, investidor em tecnologia, empresário da G2D Investments;
- Karin Calvino, empreendedora, cientista brasileira nos EUA.

Justificação

O presente requerimento de audiência pública visa dar continuidade ao debate realizado na CICS, no dia nove de maio, que avaliou o cenário de forte desindustrialização do país. O objetivo é o de buscarmos sugestões para um **plano estratégico visando a retomada do setor industrial** com o objetivo de fazer do Brasil



um líder global da descarbonização, transição energética, economia digital, agregação de valor às cadeias produtivas, sofisticação tecnológica, além de provedor da segurança alimentar.

O contexto econômico desfavorável

Apesar de representar apenas 11% do PIB brasileiro, a indústria de transformação aporta 69% de todo o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento. A indústria responde por 29,5% da arrecadação tributária (2019), ou seja, quase três vezes seu peso na economia.

A indústria de transformação tem perdido participação no PIB do país, o que prejudica o crescimento econômico e nos impõe uma indesejada e cara estagnação.

A indústria liderou o crescimento econômico brasileiro a durante boa parte do século XX até a década de 1980, quando sua participação foi de cerca de 20% do PIB. Salvo por poucos e breves períodos, o que se viu nos últimos 40 anos foi o seu encolhimento, chegando a 11,3% do PIB em 2021 (FIESP, 2022).

Entre 1980 e 2020, a indústria dos EUA mais do que dobrou de tamanho, a do mundo todo ficou 3 vezes maior, a da China 47 vezes maior e a do Brasil cresceu apenas 20% (IEDI, 2021).

Longe de ser um fenômeno natural, a desindustrialização brasileira é tida por especialistas como precoce e grave. O governo entende como imperativo que se retome a agenda de desenvolvimento industrial, para um crescimento sustentável, gerador de emprego e de distribuição de renda.

Com investimentos em inovação e pesquisas, o governo pretende integrar o país às cadeias globais de valor e colocá-lo como protagonista no processo de descarbonização da economia global. Em seu discurso de posse, o Ministro Geraldo Alckmin anunciou: “É imperativa a redução da emissão de gases de efeito estufa, do estabelecimento de uma política de apoio a uma economia de baixo carbono, privilegiando tecnologias limpas e dando início a um processo produtivo eficiente, seguro e sustentável”.

Ressalta-se ainda um contexto internacional complexo, que passa por transformações profundas. Desafios relacionados às cadeias de fornecimento, às exigências regulatórias e à preservação do meio-ambiente se proliferam e impactam os fluxos internacionais de comércio. Disputas geopolíticas e mudanças nas cadeias globais de valor impõem o desenvolvimento de estratégias adequadas, de longo prazo,



focadas nas condições que possibilitem o desenvolvimento produtivo e tecnológico, bem como a inovação no país.

Nesse contexto, elencamos políticas já anunciadas pelo governo como prioritárias, bem como temas estratégicos que merecem atenção.

➤ **Recriação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI**

A reativação do conselho, instituído pelo Decreto 5.353/2005, permitirá promover o diálogo público-privado em matéria de política industrial. O CNDI não se reúne desde 2015.

O CNDI é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e tem por finalidade propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a promover o desenvolvimento industrial do País, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia, de forma a atender a política industrial.

Trata-se de estrutura de governança fundamental que permite a articulação entre Ministros de Estado e representantes da sociedade civil, voltada para a formulação de uma política nacional de industrialização.

➤ **Fortalecimento do papel do BNDES¹**

O BNDES, por meio da ampliação do crédito, é um dos principais dinamizadores da competitividade da indústria e das exportações de maior valor agregado. O projeto “BNDES forte” pretende dobrar o nível de financiamentos do banco até 2026, de maneira a tornar o banco um verdadeiro indutor de crescimento da economia.

Segundo dados do BNDES, de 2015 a 2022, o banco transferiu R\$ 873 bilhões para o Tesouro Nacional, R\$ 227 bilhões acima do que os R\$ 646 bilhões desembolsados pelo banco em financiamentos no mesmo período, considerando valores nominais. Ainda de acordo com a instituição, entre 2016 e 2022, a média de desembolsos para projetos representou 1% do PIB, aproximadamente metade do nível verificado no período de 1995 a 2007.

Segundo anunciado, a meta da atual direção do banco é reduzir os repasses au tesouro e elevar a proporção para 2% do PIB até 2026.

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/bndes-tem-lucro-de-r-125-bilhoes-em-2022.shtml>



Um dos desafios da instituição a redução na taxa de juros de longo prazo (TLP) para ampliação do financiamento às micro, pequenas e médias empresas. O Banco hoje dispõe de R\$ 54 bilhões para apoio a este segmento, que recebe o crédito através de uma rede de 77 bancos parceiros.

O novo comando do BNDES também estuda subsídios a setores específicos da economia, considerados estratégicos, sob autorização do Conselho Monetário Nacional e limites de valores. Discute-se ainda um aporte adicional do Fundo Garantidor de Investimentos para destravar financiamentos a empresas do setor de varejo, após o caso Americanas, em que a descoberta de uma fraude contábil desnudou um montante de débitos bem maior do que se tinha conhecimento, ampliou a aversão ao risco e contribuiu para dificultar o acesso ao crédito.

O Banco deverá desempenhar papel-chave para financiar projetos de infraestrutura que tenham foco no viés ambiental. Para tanto, dois renomados especialistas em clima foram nomeados para o conselho de administração do BNDES: o cientista Carlos Nobre e a ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira. O Banco conta ainda com a ex-CEO do Natixis, Luciana Costa, como nova diretora para infraestrutura, transição energética e mudanças climáticas.

➤ **Melhoria do ambiente de negócios e qualificação de mão de obra**

O fortalecimento da indústria passa invariavelmente pela redução do Custo Brasil e pela melhoria do ambiente de negócios no país. A estimativa é que o Custo Brasil retire R\$ 1,5 trilhão por ano das empresas instaladas no país, representando 20,5% do Produto Interno Bruto (PIB)².

A melhoria do ambiente de negócios envolve uma ampla agenda, como por exemplo:

- Simplificação tributária – Reforma tributária;
- Facilidade de acesso ao crédito, o que envolve a redução da taxa de juros;
- Programa de renegociação de dívidas (Programa Desenrola);
- Modernização e ampliação de infraestrutura;
- Aprimoramento da legislação para melhoria da segurança jurídica;
- Investimento em qualificação de mão-de- obra.

Em seu discurso de posse, o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, sinalizou a intenção de impulsionar as pequenas e médias empresas, potencialmente as maiores geradoras de emprego e renda, por meio de medidas que reduzam o déficit de produtividade e digitalização, promovendo uma autêntica

² <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/o-que-e-custo-brasil/>



transformação digital. Para tanto, foi criada na estrutura do Ministério a Secretaria das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo, assumida pelo ex-Deputado Milton Coelho.

Diante disso, queremos ouvir autoridades governamentais, especialistas e empresários visando reorientar o Estado para uma nova industrialização do país. A decisão singular mais relevante é a da **construção da institucionalidade e da governança para que se crie condições para a inovação, o empreendedorismo, a complexidade econômica e o desenvolvimento sustentável do Brasil.**

Sala das sessões, em de de 2023.

Deputado Heitor Schuch (PSB/RS)

